

CIES e-Working Paper N.º 192/2014

**Desintegração local e animação territorial: lições de uma iniciativa da
economia solidária**

Raquel Freitas

Raquel Freitas tem um doutoramento em Ciências Sociais e Políticas pelo Instituto Universitário Europeu de Florença (2005). É actualmente investigadora de Pós-Doutoramento do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) onde desenvolve um projecto sobre a eficácia da ajuda ao desenvolvimento. É especialista em questões de ajuda humanitária e ajuda ao desenvolvimento, no âmbito das quais tem trabalhado com as Nações Unidas, Governos e ONGs.

Resumo

O presente trabalho reflete sobre o potencial específico da economia solidária para contrariar os efeitos da desintegração local, através da análise de uma experiência concreta que decorreu no território de Portalegre em Portugal – a iniciativa AJUDADA. Tratou-se de uma iniciativa espontânea de animação territorial, sob a forma de encontro internacional, promovida pela sociedade civil e ancorada numa proposta internacional do Movimento em Transição, o qual postula uma mudança estrutural de paradigma de desenvolvimento. O poder local esteve envolvido, embora com uma participação marcada pela discrição. A análise das características desta iniciativa AJUDADA constitui fonte de inspiração para identificar elementos específicos da economia solidária que lhe conferem um potencial estruturalmente distinto da economia social no esforço de contrariar fenómenos de desintegração local.

Palavras-chave: Desenvolvimento; economia solidária; economia social

Abstract

This paper reflects on the specific potential of the solidarity economy to counter the effects of local disintegration processes, through the analysis of a concrete initiative that took place in the region of Portalegre, in Portugal – AJUDADA. This was a spontaneous grassroots initiative that materialised as an international event, promoted by civil society and anchored in the concepts of a broader international movement, *Transition Network*, which proposes a structural transformation of the existing development paradigm. Local authorities were involved in different stages of the preparation and follow-up but such involvement was marked by its low-profile and avoidance of prominence. The analysis of the characteristics of this initiative constitutes a useful source of inspiration to identify specific elements of the solidarity economy that possess a structurally distinct potential from the social economy to counter phenomena of social disintegration in a sustainable manner.

Keywords: Development; solidarity economy; social economy

Introdução

Portugal encontra-se numa situação de crise pronunciada e prolongada, a qual para além de ter impactos negativos diretos na população, agrava ainda os processos de “desintegração local” que o país tem vindo a sofrer ao longo das últimas décadas, marcados por áreas urbanas em crise, regiões periféricas menos desenvolvidas, e problemas sociais que estão associados a estes fenómenos. (Henriques, 2007: 145). Esta situação não é exclusiva de Portugal, mas liga-se a processos estruturais de recomposição de sistemas a nível global e europeu, causadores de desequilíbrios e de desigualdades. Através da sua política de coesão, a União Europeia (UE) tem procurado fazer face a tais processos de desintegração local, designadamente através da política de desenvolvimento regional assente numa lógica territorial e de desenvolvimento local, promovendo a economia social.

A economia social e a economia solidária encerram em si potenciais distintos para contrariar tais processos de desintegração local. Embora a fronteira entre as duas abordagens seja difícil de delimitar claramente, em termos gerais podemos encontrar uma variável importante de distinção, ou seja, até que ponto é que as iniciativas que se enquadram em cada uma delas propõem uma mudança fundamental no modelo de desenvolvimento, ou se limitam a reproduzir as condições do modelo de desenvolvimento existente.

O presente trabalho reflete sobre o potencial específico da economia solidária para contrariar os efeitos da desintegração local, através da análise de uma experiência concreta que decorreu no território de Portalegre – a iniciativa AJUDADA.¹ Tratou-se de uma iniciativa espontânea de animação territorial, sob a forma de encontro internacional, promovida pela sociedade civil e ancorada numa proposta internacional do Movimento em Transição, o qual postula uma mudança estrutural de paradigma de desenvolvimento. A AJUDADA configurou-se como um projeto multi-nível (com dimensões locais, nacionais e internacionais), concretizado numa iniciativa local, ancorada num projeto de transformação global com implantação em várias cidades de vários países e continentes, e que se traduz numa forma de animação territorial local. É particularmente pertinente por se tratar de uma iniciativa espontânea, e portanto independente dos constrangimentos das iniciativas estimuladas por via da UE, muito embora alguns dos projetos discutidos no decurso da iniciativa tenham sido financiados por programas europeus, designadamente o

¹ <http://www.ajudada.org/pt/default.html>

programa EQUAL. Para além disso esta análise permitirá retirar conclusões sobre o papel do poder local na relação com a economia solidária.

Este trabalho tem como objetivo identificar elementos específicos da economia solidária que lhe conferem um potencial estruturalmente distinto da economia social no esforço de contrariar fenómenos de desintegração local. Trata-se de uma reflexão que se enquadra nos debates teóricos sobre mudança e continuidade nos sistemas sociais uma vez que se procura dar um contributo sobre o potencial transformador da economia solidária no modelo de desenvolvimento. Assim, após o enquadramento teórico-conceitual segue-se a análise da iniciativa, através de uma metodologia essencialmente interpretativa e qualitativa. A recolha de informação resulta da participação direta da autora na iniciativa e da interação que foi tendo com os organizadores e participantes, complementada por informação disponibilizada através do website da iniciativa, bem como de outros websites com informação sobre a natureza do movimento e notícias de Portalegre. As observações finais sintetizam o argumento, remetendo os dados da análise para o enquadramento apresentado.

Enquadramento teórico-conceitual

A presente secção convoca um importante documento de reflexão ao nível europeu, o chamado Relatório Barca (Barca, 2009), onde é articulado o modelo ideal de política de coesão europeia e se procura dar resposta a, entre outros problemas, fenómenos de “desintegração local”. Estes processos são marcados pela erosão de recursos, subutilização ou sobreutilização de recursos locais, desintegração comunitária e socio-política, que se combinam numa interdependência complexa entre aspetos de ordem ecológica, económica, socio-cultural, política e psicológica, que inibem a iniciativa local (Henriques, 2007: 152). O modelo proposto no relatório Barca será analisado à luz dos contributos da teoria da estruturação e do estruturalismo, invocando as suas propostas teóricas para a explicação da reprodução ou mudança nos sistemas sociais. Finalmente será feita uma breve clarificação das principais distinções entre economia social e economia solidária e da forma como cada uma destas propostas se articula com o projeto de mudança social invocado pelo relatório Barca e aplicado na prática pela UE.

Modelo de desenvolvimento europeu: continuidade e mudança

O relatório Barca equaciona duas perspetivas contrastantes sobre a política de coesão europeia e o que dela se espera. Salienta-se para o argumento aqui desenvolvido, a distinção que

perpassa o relatório entre a dimensão social e a dimensão económica da integração europeia: por um lado uma visão da Europa ancorada na teoria económica, no crescimento económico e liberalização, onde a política de coesão tem um mero papel de redistribuição da riqueza e está largamente dependente dos Estados Membros, face a uma visão da Europa com uma “estratégia social territorializada” (Barca, 2009: XIII) integrada na política de coesão, centrada no indivíduo e na sua realidade contextual e territorial. O relatório propõe uma reforma profunda e audaz da política, mas não põe em causa elementos essenciais da estrutura macro-económica, tais como o modelo de desenvolvimento assente na economia de mercado de cariz neo-liberal. No entanto ele sugere que a política de coesão esteja ancorada na possibilidade de o indivíduo através das iniciativas de caráter local, ser agente de mudança da sua situação, assim contrariando a tendência de desintegração local identificada anteriormente. Propõe uma autonomização das questões sociais em relação às questões económicas, por forma a evitar que a dimensão social constitua apenas um instrumento de compensação de desigualdades causadas pela economia liberal de mercado. Defende que se deve ancorar a utilização dos financiamentos sociais no desenvolvimento local, promovendo uma nova combinação da agenda social e territorial para melhor contextualizar a política social (Barca, 2009: 36). Esta estratégia assenta fundamentalmente na contextualização das iniciativas em parcerias e governação multi-nível, atribuindo um papel fundamental à indução e animação territorial já anteriormente proposta (Henriques, 2007). No entanto, Henriques (2007) coloca a tónica nos diferentes entendimentos sobre o desenvolvimento local, distinguindo por um lado a iniciativa local e ação coletiva para um modelo alternativo de desenvolvimento, e por outro lado o modelo de desenvolvimento regional que emana da política central e da estratégia de adaptação à inevitável transição para o mundo da globalização, que em si mesmo pode gerar limitações à capacidade de iniciativa local.

Esta assunção da duplicidade entre questões económicas e questões sociais pode ser analisada à luz da teoria da estruturação proposta por Giddens (1984), segundo a qual a criação e reprodução nos sistemas sociais se explica pela interação no tempo e no espaço entre estrutura e agência, com igual peso. Estrutura, ou estrutura social é definida como o conjunto de propriedades que possibilitam que práticas sociais semelhantes existam ao longo do tempo e do espaço, conferindo-lhes uma dimensão sistémica (Giddens, 1984: 17), e agência é definida como ação intencional (Giddens, 1984: 8). Aqui podemos considerar, por analogia ao sistema europeu, que a estrutura se divide num nível macro e num nível micro: o nível macro corresponde às formas dominantes de organização económica, enquanto o nível micro corresponde ao sistema social em desintegração. Por seu turno, a ideia da animação territorial

surge como operacionalização da agência, ou seja, a capacidade de o indivíduo mudar a condição de desintegração local e interagir com a estrutura, influenciando-a.

A esta teoria da estruturação opõe-se o estruturalismo (ver por exemplo Dutt e Ros, 2003), segundo o qual a estrutura é que explica a mudança ou a reprodução dos sistemas, e que a tendência é para os sistemas se auto-reproduzirem independentemente dos fenómenos mais aparentes de mudança. Assim, a existência de uma estrutura dominante inibe a possibilidade de a agência ter um papel transformador. O argumento que aqui sugiro a nível teórico e que pretendo parcialmente demonstrar com a ilustração empírica é que o relatório Barca e as propostas sobre a possibilidade de a animação territorial reverter processos de desintegração local adotam uma perspetiva estruturacionista, mas em que apenas a dimensão micro-estrutura, ou seja a desintegração local pode ser mudada. A estrutura económica (que emana do Estado central e do paradigma dominante de desenvolvimento) mantém-se inalterada por não ser apresentado um projeto de organização económica alternativo e assim a agência fica limitada à estrutura social (nível micro), subjugada à estrutura económica (nível macro).

Estas dimensões são fundamentais para compreender a importância da distinção entre economia social e economia solidária e o seu potencial para alteração do sistema social e económico, ou seja de propostas de nível local, de natureza comunitária, baseadas na agência, atingirem não só a micro-estrutura social mas também a macro-estrutura económica, conforme conceptualizei.

Economia solidária e economia social

Aquilo que se designa por economia solidária não configura um quadro teórico único ou homogéneo, muito embora exista um conjunto de aspetos comuns que diferenciam as suas propostas das de outras abordagens, designadamente daquilo que se integra no âmbito da economia social. Existem três correntes fundamentais da economia solidária, uma mais Eurocêntrica (Laville, 2002), outra mais assente na experiência da América Latina (França Filho & Laville, 2004), e outra assente numa experiência desenvolvida no âmbito da Macaronésia (Amaro & Madelino, 2004). Alguns critérios ou princípios propostos pela economia solidária são a pluralidade de princípios económicos; autonomia institucional; democratização dos processos de decisão; sociabilidade comunitário-pública; finalidade multidimensional (França Filho & Laville, 2004: 166).

Pese embora a sua diversidade teórica, a economia solidária apresenta uma proposta essencialmente normativa quanto ao modelo de organização económica, social e mesmo

política, com uma natureza mais humanizada face ao atual modelo predominante na sociedade de consumo e capitalista, e assente sobretudo em valores de reciprocidade e partilha em vez dos valores instrumentais de custo-benefício e maximização de lucros. A economia solidária apresenta-se não apenas como uma formulação teórica e académica, mas como uma forma de estar no mundo e de transformar os modelos de desenvolvimento. A sua conceção de solidariedade assenta na reciprocidade, que presume uma igualdade de recursos e de oportunidades, ou pelo menos a possibilidade de se chegar a tal igualdade e emancipação, enquanto a economia social, ou aquilo que Roque Amaro chama de “nova economia social” (Santos, 2005), sofre nalguns casos de ambiguidade nos seus objetivos e impactos, sobretudo quando colada às funções sociais do Estado, quando este não encara a emancipação como verdadeiramente possível.

Segundo Defourny (2009), a economia social consiste nas atividades económicas que agregam democracia económica e utilidade social. Em termos teórico-conceituais as iniciativas ou organizações da economia social pouco alteram o modelo vigente de organização social e política, de matriz neo-liberal. Promove conceitos como “empreendedorismo”, “inovação” e outros que procuram criar mecanismos para permitir aos cidadãos uma adaptação ao modelo existente de organização social, política e económica, marcado pela competição desumanizada, pela subjugação do indivíduo aos interesses do mercado, e pelo que podemos designar de capitalismo de bem-estar (Esping-Andersen, 1990).

Esta distinção entre as propostas da economia social por um lado e da economia solidária por outro, pode formular-se em termos de até que ponto estas iniciativas agem não só sobre a capacidade de iniciativa e de organização coletiva ao nível local, mas apresentam uma capacidade própria de agir para além de pressupostos mais convencionais (Henriques, 2007). Ou seja, até que ponto elas desafiam o modelo vigente de desenvolvimento ou apenas o reproduzem.

O caso da AJUDADA

É difícil definir o que é a AJUDADA. Trata-se de uma iniciativa espontânea da sociedade civil, que durante três dias congregou em Portalegre, Portugal, pessoas interessadas em modelos alternativos de desenvolvimento, oriundas não só da região mas também de todo o país e de vários países estrangeiros.

Não se trata de uma entidade com personalidade jurídica. Também não é um movimento social, mas está ancorada no Movimento de Transição (*Transition Network*), que é uma organização não-governamental internacional que promove uma rede de iniciativas destinadas a criar resiliência e reduzir emissões de CO₂ nas comunidades.² Existe inclusive o movimento associado de cidades em transição, das quais Portalegre faz parte.³ Não é apenas uma iniciativa de base local pois é mais do que isso, com uma participação alargada a nível regional, nacional e internacional. No entanto a AJUDADA tem a sua génese em Portalegre, uma cidade no interior do país e fortemente afetada pelo fenómeno de desintegração local, e mobilizou para a sua organização dezenas de voluntários oriundos dessa cidade.

A AJUDADA não se define como economia social mas como economia solidária, assente sobretudo no princípio da reciprocidade e da emancipação das pessoas, com a sua autonomização no trabalho, propondo um modelo de desenvolvimento assente na economia da dádiva em alternativa à economia de mercado.

Tal como o modelo do programa EQUAL financiado pela UE, possui uma estratégia de inversão da “situação actual de isolamento e abandono que esta região está a viver.”, aproveitando o facto de em Portalegre a noção de comunidade ser ainda um conceito forte e vivo e a dádiva e partilha também existirem.⁴ Distingue-se de iniciativas no âmbito da economia social pela sua autonomia em relação ao poder público e ao privado.

Génese e organização

O website dedicado à AJUDADA define a iniciativa como um encontro, que decorreu entre os dias 14, 15 e 16 de Junho de 2013 em Portalegre. O seu objectivo principal era explorar o potencial da economia da dádiva, assente na partilha de recursos e capacidades para a construção de um objetivo comum: um futuro próspero. No entanto o Encontro insere-se num projecto mais amplo de nascimento de “um movimento de transformação em Portalegre” que tivesse continuidade na região para além do momento específico do encontro.

Os organizadores identificam a iniciativa como “um espaço de diálogo aberto por cidadãos anónimos que procuram soluções reais para os actuais problemas, buscando inspiração nos

² Para mais sobre a Transition Network, ver <http://www.transitionnetwork.org/about> , acedido em 18/06/2014.

³ <http://www.portalegreemtransicao.org/> , acedido em 18/09/2013.

⁴ http://www.ajudada.org/pt/default.html#/descricao_detalhada , acedido em 18/06/2014.

valores da dádiva e da partilha.⁵ Noutros segmentos do website a palavra “movimento” surge com mais frequência, sugerindo uma necessidade de se ancorar em formas mais institucionalizadas de organização.

Formato e Atividades

A preparação desta iniciativa teve início seis meses antes da data em que se realizou, e decorreu através de um processo altamente participativo de deliberação entre os voluntários da região, sobre os conteúdos e formato do Encontro, descritos também na plataforma web. Ao todo terão sido envolvidas 30 pessoas voluntárias no núcleo da organização e cerca de 150 voluntários a nível mais alargado. Participaram no Encontro cerca de 450 pessoas.

O formato e atividades promovidas pautam-se pelo carácter inovador e participativo. Como vimos, o Encontro estava estruturado em 3 dias, seguindo uma lógica distinta em cada um deles: o primeiro dia foi dedicado à “Cabeça” e mais orientado para a reflexão e debate sobre questões mais teóricas relativas ao modelo económico e propostas transformadoras; o segundo dia foi dedicado ao “Coração” e mais orientado para a dimensão emocional da partilha; o terceiro dia foi dedicado às “Mãos” e mais orientado para a implementação das ideias. Foram organizadas 85 actividades, nenhuma delas com remuneração associada, que assumiram os mais diversos formatos, desde as apresentações mais convencionais em sala de conferências, às experiências mais participativas e interactivas em grupo, até à implementação de ideias concretas nos jardins e mercados municipais. A iniciativa espalhou-se por diversos espaços públicos, muitos deles cedidos pela Câmara Municipal de Portalegre (CMP), a qual manteve o seu apoio à iniciativa numa lógica de desvinculação política, abdicando da visibilidade nos meios de divulgação, não tendo também estado representada oficialmente em qualquer momento do Encontro.

A participação no Encontro não implicava qualquer valor de inscrição, apenas se solicitava o contributo de alimentos para a cantina comunitária que foi organizada, e todos eram chamados a voluntariar-se para as diversas actividades de apoio à organização das atividades e das refeições. Houve uma forte preocupação ambiental, designadamente com a utilização de materiais reciclados sempre que possível, e alimentos locais na cantina (oferecidos pelos comerciantes locais e pelos participantes).

⁵ <http://www.ajudada.org/pt/default.html#/sobre>, acedido em 18/06/2014.

A AJUDADA não contou com financiamento à partida nem com orçamento pré-definido, tendo evoluído através de um processo iterativo. No entanto, montaram um sistema de contributos voluntários, do qual publicaram um relatório de balanço de despesas e receitas correspondentes ao financiamento externo monetário. Do balanço resultou um saldo positivo de 631€, que reverteu para a responsabilidade da equipa coordenadora que se iria formar para a gestão da Casa da Ajudada.⁶ Esta “Casa” resultou também do impacto gerado pela mobilização em torno do evento, que fez com que a CMP cedesse um espaço devoluto para que a iniciativa pudesse instalar-se aí, após uma recuperação das instalações realizada no contexto da AJUDADA, recorrendo a materiais reciclados e à criatividade e capacidade dos participantes na sua decoração.

Propostas concretas e lógica de funcionamento

A AJUDADA propunha-se pensar um novo modelo de economia: economia da dádiva onde todos têm um papel ativo e são valorizados, em contraste com a economia de mercado onde os indivíduos e atividades valorizados são principalmente aqueles que geram lucros apropriados individualmente.⁷ O evento pretende valorizar o contributo individual que cada um pode dar à economia através das suas competências específicas e criatividade, contribuindo assim também para o empowerment das pessoas.

Neste contexto valorizaram-se ideias orientadoras como:

- Partilha e Co-responsabilização em todo o processo
- Criatividade e resiliência das propostas procuradas
- Processo de aprendizagem e catalisador de transformação
- Preocupação com a continuidade através da lógica dos Ninhos e outras actividades promotoras da integração dos participantes

Níveis e tipos de participação

A iniciativa arrancou em Portalegre mas o objectivo era estender a sua influência ao nível nacional e internacional através dos participantes e dos ecos que pretendia gerar de forma indireta. Por outro lado, tratou-se de uma iniciativa que contou com contributos de pessoas,

⁶

<https://docs.google.com/spreadsheets/cc?key=0AtN68eaYOkSrdG1UQ0xibjRELTdSTloyUV9Sb3lCZnc&usp=sharing#gid=0>, acedido em 18/06/2014.

⁷ http://www.ajudada.org/pt/ajudada_kit_comunicacao.pdf, acedido em 18/06/2014.

entidades públicas, empresas e associações locais, embora as mesmas não tenham sido identificadas, numa lógica de todos contribuírem para um Todo comum.

O trabalho de organização foi feito com a comunidade local, com ajuda de apoiantes de dentro e fora do país. Contou com a participação de oradores de relevo internacional, nacional e regional, incluindo teóricos e académicos internacionais de renome no estudo das transições, confluindo com profissionais, pessoas envolvidas nos mais diversos projetos, alguns deles financiados pelo Programa EQUAL, e com a comunidade, potenciando a partilha de experiências e de conhecimento.

Resultados da AJUDADA

De acordo com os organizadores, “A experiência vivida no evento foi crucial e empoderante no sentido de compreender que não estamos dependentes de recursos externos, como financiamento ou apoio governamental, para conseguir algo de extraordinário - a magia pode nascer das nossas acções colectivas!”⁸ Isto demonstra o objectivo emancipatório que distingue a economia solidária da economia social conforme descrita acima, e que o potencial mobilizador deliberadamente autónomo em relação a Estado e a mercado existe.

Como mencionado acima, uma consequência direta desta iniciativa foi a disponibilização de um imóvel por parte da CMP, para que a iniciativa pudesse ter um local de encontro. Não se podia falar em “sede” pois a AJUDADA não tem personalidade jurídica nem é uma associação que pudesse assumir a responsabilidade pelo local. Isto demonstra alguma relutância por parte deste tipo de movimento à institucionalização, que tem capacidade mobilizadora e ideais aglutinadoras, mas fora da lógica institucional convencional. Designou-se como a Casa da AJUDADA e todos os participantes no encontro tiveram oportunidade de contribuir para a sua decoração com a construção com base em materiais reciclados. Neste momento a Casa da AJUDADA está em funcionamento, embora haja pouca informação disponível relativamente à sua gestão e atividades. O facto de ser uma iniciativa totalmente voluntária limita a continuidade das atividades no tempo, uma vez que os envolvidos têm as suas vidas profissionais e pessoais.

⁸ <http://www.ajudada.org/pt/default.html> , acedido em 18/06/2014.

No entanto, seguiram-se uma série de iniciativas, designadamente no âmbito da Portalegre em Transição, algumas assumidamente sequenciais à AJUDADA.⁹ Portalegre em Transição é já um movimento mais institucionalizado, muito embora esteja apenas ancorado na sua congénere internacional *Transition Network*. Importa sublinhar o afastamento da AJUDADA em relação a formas de institucionalização quer de natureza pública, designadamente o Estado ou financiadores privados, quer mesmo em relação à sociedade civil.¹⁰ Há efetivamente uma ligação entre os promotores e organizadores da AJUDADA e o movimento de transição em Portalegre e internacional, mas nenhum deles está identificado como estando na génese da AJUDADA. O que está identificado é apenas um conjunto de cidadãos anónimos, promovendo assim uma ampla participação enquanto movimento cívico não associado a qualquer forma institucionalizada. Efetivamente, verificou-se durante a AJUDADA que havia sido prudente separar claramente as duas iniciativas, pois qualquer forma de institucionalização gera potencial reação e ceticismo sobretudo em públicos que prezam a autonomia em relação a formas institucionais as quais por vezes acabam por ter agendas específicas e redutoras. Por outro lado, em termos pragmáticos e de continuidade, a institucionalização revela-se fundamental para depois poder prosseguir as atividades, designadamente nas parcerias com os poderes públicos e no prosseguimento da indução de iniciativas locais para as quais é necessário um interlocutor com personalidade jurídica.

O balanço feito pelos organizadores aponta no sentido da demonstração de que “os recursos que tornam possível a organização de um encontro internacional significativo não são necessariamente monetários e que na partilha e contributo pessoal há muita riqueza.”¹¹ No entanto não pode deixar de ser assinalado o caráter excepcional desta iniciativa e a dificuldade em assegurar a continuidade da capacidade de mobilização e indução de processos desta natureza. Só por via do envolvimento de capacidades e recursos endógenos é possível contrariar a desintegração local, mas é desejável que tal mobilização também

⁹ Por exemplo <http://www.transitionnetwork.org/events/2013-08-31/economia-e-empendedorismo-escala-humana>, acedido em 18/06/2014.

¹⁰ Em relação aos poderes locais, o risco de politização é sempre grande, e a iniciativa foi efetivamente bastante resguardada do poder político, muito embora nos pareça que a então Presidente da CMP (PSD) tenha também beneficiado politicamente pois conseguiu nas eleições seguintes obter a re-eleição com maioria absoluta, a partir de uma lista independente, com um projeto de “movimento independente” feito “com as pessoas e para as pessoas”, capitalizando sobre a lógica mais solidária. Ver <http://www.publico.pt/local/noticia/presidente-da-camara-de-portalegre-recandidatase-como-independente-1593119>

¹¹ <http://www.ajudada.org/pt/default.html#/balanco>, acedido em 18/06/2014.

contribua a um nível nacional e internacional para a modificação da estrutura económica e do paradigma de desenvolvimento vigente, tornando assim mais sustentáveis as iniciativas locais.

Observações finais

Este trabalho utilizou como estudo de caso uma iniciativa espontânea de animação territorial, a AJUDADA. Esta iniciativa está ancorada no movimento global de transição *Transition Network*, o qual propõe uma mudança radical no paradigma de desenvolvimento, por via de uma série de iniciativas plurais preocupadas com a sustentabilidade ambiental e desenvolvimento humano.

Através da problematização teórica sugeri que se deve distinguir uma dualidade inerente às formas de contrariar os fenómenos de desintegração local, ou seja, até que ponto tais iniciativas efetivamente contrariam o modelo de desenvolvimento vigente e até que ponto elas apenas o reproduzem. Nesta distinção residiria a possibilidade de haver uma verdadeira agência ou mobilização ao nível local e social, ou seja, uma influência sobre a estrutura dominante que se impõe ao nível económico. Argumentei também que o facto de a economia solidária ter esse propósito de colocar em causa o paradigma existente de desenvolvimento, marca uma distinção fundamental entre propostas desta natureza e as que se circunscrevem à economia social, que apenas reproduzem a estrutura, sem uma efetiva agência, entendida no sentido de capacidade de mudar a estrutura.

A AJUDADA constituiu uma operacionalização de uma série de elementos de transformação sobretudo marcados pela autonomia relativamente ao poder político e económico, que são distintos da economia social e que se posicionam com potencial adicional de mudança nos sistemas sociais e de desenvolvimento.

Pela sua natureza espontânea e desvinculada de qualquer ligação direta quer a poderes centrais como o Estado ou a UE, quer ao poder local, cuja participação foi apenas de suporte e marcada pela ausência de visibilidade imediata quer ao poder económico, ou ainda a outras formas de institucionalização não-governamental, a AJUDADA permitiu não só mobilizar capacidades e induzir práticas num amplo espetro de agentes, como questionar o paradigma existente de desenvolvimento, quer na sua aplicação prática, através da promoção de atividades marcadas pela economia da dádiva, quer nas discussões teóricas trazidas por intelectuais e académicos reconhecidos.

Este trabalho não pretendeu aferir se efetivamente a iniciativa mudou a estrutura, uma vez que ela pode apenas dar um contributo, e o interesse neste trabalho era fazer um exercício reflexivo para operacionalizar o argumento teórico-político. O seu potencial mais profundo é constringido por uma série de fatores que se prendem designadamente com contradições inerentes a modelos demasiado autonomizadores que depois não têm capacidade de “falar” à estrutura. Designadamente, a mudança desejada não é possível sem profundas mudanças culturais que só são possíveis a longo prazo. Trata-se de um debate a desenvolver em investigações futuras.

Bibliografia

- Amaro, R. R., & Madelino, F. (2004). *Economia Solidária? contributos para um conceito. Edição no âmbito do Projecto «CORES» (MAC/3.1./C24), da Iniciativa Comunitária INTERREG-III B, Funchal.*
- Barca, F. 2009 *Towards a place-based social agenda for the EU, Report Working Paper, Report written in the context of the report “An Agenda for a Reformed Cohesion Policy”*
http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/policy/future/pdf/10_barca_final_formatted.pdf acedido em 17/10/2014.
- Defourny, J. (2009), *Economia Social*. In Antonio David Cattani, J.-L. Laville, L. I. Gaiger, & P. Hespanha (Eds.), *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, CES, 156-161.
- Dutt, A. K. & Ros, J. (2003) *Development Economics and Structuralist Macroeconomics: Essays in honor of Lance Taylor*, Edward Elgar Publishing.
- Esping-Andersen, G. (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. John Wiley & Sons.
- França Filho, G.C. & Laville, J.-L., (2004), *Economia Solidária: Uma Abordagem Internacional*, Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Giddens, A. (1984). *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Univ of California Press.
- Grin, J., Rotmans, J., & Schot, J. (2010). *Transitions To Sustainable Development: New Directions In The Study Of Long Term Transformative Change*. Routledge.
- Henriques, J. M. (2007) *Globalização, Desintegração Local e Governança* in Isabel Salavisa, Walter Rodrigues, Sandro Mendonça (coord.), *Inovação e Globalização: Estratégias para o Desenvolvimento Económico e Territorial*, Campo das Letras Editores.
- Henriques, J. M. (2010), *Inovação Social e Coesão Territorial: Contributos EQUAL*, in Paula Vicente (coord.), *Para Uma Nova Intervenção Social*, Gabinete de Gestão Equal.
- Laville, Jean-Louis *et al.* (2002), *Action Publique et Économie Solidaire, une perspective internationale*, Éditions érés, 2002.
- Santos, P. M. (2005), *Entrevista a Rogério Roque Amaro*. In *Pessoas e Lugares: Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader*, nº 31, Julho/Agosto, disponível em <http://www.minhaterra.pt/IMG/pdf/jornalpl31.pdf>, acedido em 17/10/2014.